intexto
E-ISSN 1807-8583

UFRGS PPGCOM

Artigo

Políticas públicas no campo das TVs Universitárias: dissensos e tensionamentos conceituais em pesquisas acadêmicas

Andréa Xavier
Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, DF, Brasil
https://orcid.org/0009-0009-7476-4170

Nélia Del Bianco
Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, DF, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-3701-0929

Resumo

A partir de uma revisão sistemática de alcance na literatura sobre televisão universitária produzida nos últimos dez anos, este artigo buscou compreender quais os conceitos de TV universitária usados em pesquisas científicas e suas relações com os estudos de políticas públicas. A investigação foi realizada em trabalhos publicados entre os anos de 2014 e 2023 em dois tipos de bases de dados: 11 revistas científicas de Comunicação Social e anais de três congressos de pós-graduação na área. Em tais repositórios, 17.105 títulos foram pesquisados para este levantamento. Nesse universo, apenas 25 artigos corresponderam aos critérios adotados no protocolo de buscas desta investigação e, por isso, foram selecionados para análise. O resultado aponta para uma carência de estudos acadêmicos recentes sobre TV universitária e para a escassez de pesquisas que tragam correlação com os estudos sobre políticas públicas. Além disso, verificou-se grande heterogeneidade conceitual sobre o veículo, com prevalência de uma definição fortemente associativista.

Palavras-chave

TV universitária; radiodifusão universitária; TV pública; políticas públicas; revisão de alcance

1 Introdução

Em outubro de 2023, dez meses após o início do terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo federal anunciou uma das primeiras ações no campo da radiodifusão pública. Trata-se da expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP),

cadeia de rádio e TV liderada pela Empresa Brasil de Comunicação e criada pela norma que instituiu a EBC – a lei 11.652, de 2008 (Brasil, 2008). O primeiro ato da política de ampliação da Rede foi a assinatura de um protocolo de intenções com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para firmar uma parceria que pudesse integrar televisões e rádios de universidades federais à RNCP[1]. Naquele momento, 32 instituições federais aderiram à proposta e assinaram termos de cooperação para dar andamento à burocracia estatal envolta nas liberações de consignações para transmissão com a EBC e no cumprimento de critérios de operação[2].

O ato foi anunciado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República com alarde. Chamada de "maior movimento de expansão da história"[3] da RNCP, a inciativa foi, de fato, inédita, já que concentrou em universidades as afiliações à Rede Nacional, o que não havia ocorrido desde o início das operações da cadeia de radiodifusão, em 2010 (Brasil, 2023).

A TV Universitária (TVU) faz parte do chamado campo público de televisão, como definiu o I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em 2007 pelo Ministério da Cultura. Assim, o redirecionamento da RNCP/TV pode ser interpretado como uma tentativa de fortalecer o caráter público da Rede e alavancar o embrionário sistema público de radiodifusão do país, tendo como agente estratégico a televisão universitária. Se, por um lado, tenta-se expandir a cadeia de transmissão televisiva a partir da EBC, por outro, as TVs universitárias podem ganhar visibilidade e ter condições de preencher suas grades de programação.

Sendo assim, é possível enxergar a RNCP pelo prisma dos estudos de políticas públicas, já que esse tipo de política emerge como uma "[...] ação do Estado no sentido de atender aos direitos dos cidadãos, às demandas postas pela sociedade" (Moraes, 2007, p. 236). Enrique Saravia (2006) problematiza a atividade estatal e formula o conceito de política pública como "[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade" (Saravia, 2006, p. 28).

[1] A assinatura do protocolo de intenções e dos termos de cooperação entre a EBC e a Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior foi transmitida pelo canal do governo federal pelo YouTube (Canalgov, 2023).

[2] Os termos de cooperação assinados entre cada universidade e a EBC seguem os parâmetros estabelecidos na normatização da RNCP/TV. No caso das televisões, trata-se da NOR 401, de 2021. Os acordos apresentam obrigações e direitos das partes envolvidas e fixam, por exemplo, a modalidade de participação assumida pela TV Universitária em relação à Rede – associada, parceira ou colaboradora. Cada tipo de atuação leva a um tempo mínimo de programação simultânea, que varia de 3h a 10h30. Pelo termo de cooperação, a afiliada se responsabiliza pela instalação de equipamentos e pela operação dos serviços. Já a EBC deve prestar apoio técnico e operacional, além de se comprometer a protocolar, no Ministério das Comunicações e na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a documentação necessária para conceder a consignação do canal à TV Universitária. Os termos assinados ainda determinam que a afiliada só pode entrar em operação quando tiver a Licença para Funcionamento da Estação ou a Licença de Uso Temporário do Espectro – dois tipos de autorização que seguem o regramento da Anatel.

[3] A íntegra da notícia foi publicada no site da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Brasil, 2023).

O encontro entre esses dois ramos de estudo – TVs universitárias e políticas públicas – é o cerne da presente investigação, proposta a partir da seguinte pergunta: "Como trabalhos acadêmicos sobre TV universitária conceituam esse veículo e de que maneira o relacionam ao campo das políticas públicas de comunicação?". O objetivo é verificar o modo pelo qual artigos científicos publicados entre 2014 e 2023 encaram a relação entre esses dois polos de análise e avaliar se as pesquisas levam em conta a gênese, a sustentabilidade e as possibilidades de expansão da televisão universitária a partir da implementação de ações pelo Estado brasileiro.

Para tanto, tomou-se como opção metodológica a realização de uma revisão sistemática de literatura, na modalidade revisão de alcance (Codina, 2024) – pesquisa bibliográfica que permite avaliar lacunas, conceitos e direcionamentos teóricos mais utilizados no campo acadêmico. Na implementação da proposta, foi, então, elaborado um protocolo de buscas de artigos publicados em dois tipos de bases de dados: 11 revistas científicas brasileiras e anais dos três maiores congressos da área de Comunicação Social do País. Buscou-se, como fio condutor das análises qualitativas em cada artigo, o conceito de TVU, os tensionamentos teóricos em torno dessa definição e a relação com os estudos de políticas públicas.

2 TV Universitária e políticas públicas no Brasil: um pouco de história

Antes de partir para o levantamento em si, é necessário situar as emissoras ligadas a instituições de ensino superior (IES) na história das comunicações no Brasil. As TVs universitárias nasceram e cresceram no País sem uma política pública específica para o segmento. Juridicamente, elas se enquadram como televisões educativas – e foi na esteira desse campo da radiodifusão que se firmou o marco inicial da história das TVUs.

Como mostra Porcello (2002), as TVs educativas foram criadas, de forma legal, pelos governos militares como uma maneira de transmitir conteúdos educacionais (a exemplo de palestras, aulas e cursos). Essa intenção foi materializada pelo decreto-lei n. 236, de 1967 (Brasil, 1967). É no escopo desse instrumento legal que surge a primeira TV com o nome ligado a uma IES: a TV Universitária de Recife.

Do surgimento da primeira TV educativa (entre as quais, estavam enquadradas as universitárias) até 1974, o número total de emissoras desse tipo no Brasil era de apenas nove – e elas surgiram "[...] sem obedecer a um planejamento que decorresse de uma política setorial de governo" (Fradkin, 2003, p. 56). Nas duas décadas seguintes, o segmento de TVs universitárias pouco se expandiu pelo país (Ramalho, 2010). O ano que melhor marca o início

de um período de crescimento mais notório na quantidade de canais universitários é 1995, quando foi editado um dos principais normativos para as emissoras do setor: a Lei do Serviço de TV a Cabo – lei 8.977 (Brasil, 1995).

Essa legislação estabeleceu, para a televisão paga, os chamados "canais básicos de utilização gratuita", conforme o Capítulo V, artigo 23. Entre eles, estava o canal universitário, que deveria ser "[...] reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço" (Brasil, 1995). Com base em um ambiente minimamente regulado no campo da televisão por assinatura, o mapeamento realizado por Alzimar Ramalho ressalta que "[...] entre 1995 e 2009, o número de TVs universitárias passou de cerca de 20 para 150, num salto quantitativo de 755%" (Ramalho, 2010, p. 57).

Cabe aqui uma ressalva: o aumento de TVs ligadas a universidades a partir dessa legislação diz respeito a um serviço que exigia assinatura mediante pagamento do cliente, já que o canal universitário era de carregamento obrigatório, mas fazia parte do combo da TV por assinatura. Nesse caso, não se enquadrava como radiodifusão, pois os conteúdos "[...] não eram recebidos de forma livre e gratuita, conceito que norteia a definição de radiodifusão na legislação brasileira" (Pieranti, 2016, p. 23).

Para tratar da radiodifusão pública nessa digressão temporal, vale ressaltar um fato relevante na história recente das concessões educativas: no governo Dilma Rousseff, entre os anos de 2011 e 2015, houve uma mudança nas políticas públicas para rádios e TVs desse segmento (incluídas, aí, as TVs universitárias em sinal aberto). Pieranti (2016) relata que, por meio de portarias do Ministério das Comunicações, a distribuição de outorgas de radiodifusão educativa, baseada até então em decisões monocráticas das autoridades do momento, passou a ocorrer com critérios de escolha mais transparentes para as concessões públicas. Entre tais critérios, estavam:

> [...] (a) o estabelecimento de um rito público de outorgas, antes distribuídas de forma discricionária pelo governo federal; (b) a observância da preferência de novas outorgas a entidades públicas, conforme previsão legal vigente há mais de cinquenta anos; e (c) divulgação de Planos Nacionais de Outorgas, que apresentam, de forma transparente, os municípios a serem contemplados nos editais públicos (Pieranti, 2016, p. 33).

Os resultados do estudo do autor contabilizam os impactos de tal mudança: os principais vencedores das concorrências para a obtenção de outorgas após a publicação dos

editais foram universidades públicas e institutos federais de educação técnica, fato que inverte a lógica anterior do processo, já que, até 2010, 80,5% das concessões de radiodifusão educativa estavam concentradas nas mãos de fundações de direito privado generalistas, que não necessariamente tinham conexão com atividades de ensino (Pieranti, 2016).

Para que os efeitos da política pública sejam vistos ao longo do tempo, é preciso continuidade – o que não ocorreu no contexto político brasileiro dos últimos dez anos. Dilma Rousseff, ocupante da Presidência da República quando houve a alteração nas políticas para a radiodifusão educativa, perdeu o mandato em 2016 após sofrer processo de impeachment. Foi sucedida por Michel Temer e Jair Bolsonaro, dois mandatários cujas gestões mostraram-se pouco amigáveis à radiodifusão pública, responsáveis pela adoção de medidas que arrefeceram o caráter público da EBC e fortaleceram as mídias privadas (Valente; Paulino; Urupá, 2020; Castilho, 2020; Souto; Bianco, 2022). Ainda que não tenham relação direta com a atuação de TVs universitárias, essas ações pavimentam a inclinação dos agentes políticos da época quanto à radiodifusão não comercial.

Junto com a Empresa Brasil de Comunicação, o campo público de televisão no Brasil é formado por emissoras legislativas, comunitárias e universitárias (Fórum Nacional de TVs Públicas, 2006). São veículos heterogêneos, que apresentam diferentes graus de implementação no ecossistema midiático brasileiro. No que diz respeito à TV universitária, um dos caminhos encontrados para a expansão sem o efetivo suporte de ações governamentais foi a internet. O Mapa 4.0 da TV Universitária Brasileira, organizado pelo pesquisador Ricardo Oliveira junto com a Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU) e parceria da Universidade de Brasília, cartografou a existência de 190 televisões universitárias no Brasil. Desse total, apenas 29 veiculavam suas programações em TV aberta (Oliveira, 2022), ou seja, 15,26% do total.

A pesquisa mostra também que **todas** as TVs universitárias estão na internet (com sites próprios ou em mídias sociais digitais). Há razões econômicas por trás de tamanha discrepância na comparação entre os suportes de veiculação de conteúdos, já que o parque tecnológico para transmissões em sinal aberto demanda muito mais recursos que a veiculação na web. Todavia, não podem ser desprezadas as dificuldades que instituições de ensino superior enfrentam na obtenção de outorgas junto ao Estado, o que se traduz na falta de políticas públicas para o setor. No governo Lula, a tentativa de atender a essa demanda começou a se concretizar com o anúncio da expansão da RNCP a partir das universidades.

3 Radiodifusão pública e TV universitária: a falta de um entrelaçamento conceitual

Antes de realizar uma discussão conceitual sobre TV universitária, considerou-se necessário demonstrar a ligação entre as políticas públicas para as comunicações no Brasil e o caminho percorrido pelas emissoras ligadas a universidades por um motivo claro: essa tessitura influenciou diretamente as tentativas acadêmicas de formular uma definição para TVU. Os trabalhos de Porcello (2002), Peixoto e Priolli (2004) e Ramalho (2010) são pródigos nesse sentido. Eles tentam conceituar esse tipo de veículo, mapear as condições de atuação no Brasil e relacionar a TV universitária às definições de mídias públicas. Um dos pontos em comum nos três trabalhos é a adoção da lei do cabo, de 1995, como marco definidor para a operação das emissoras universitárias.

Porcello (2002) concebe o surgimento das televisões universitárias a partir do advento desse normativo. Segundo a visão do pesquisador, as televisões ligadas a IES que atuavam antes da lei, outorgadas para operar em sinal aberto, devem ser enquadradas apenas como educativas – canais que estariam em crise por terem sido historicamente controlados por governos: "[...] as TVs educativas no Brasil não conseguiram identidade própria porque são marcadas pelas mudanças políticas e ideológicas. A TV universitária deve ser diferente" (Porcello, 2002, p. 44).

Com visão semelhante, Peixoto e Priolli (2004) sustentam que, embora a primeira emissora educativa do Brasil tenha sido uma TV ligada a uma universidade federal, só é possível falar em televisão universitária a partir da lei do cabo:

> As emissoras operadas por IES no campo da radiodifusão (TV aberta, nas freqüências VHF ou UHF), hoje como antes, não oferecem ao público telespectador uma programação segmentada, especificamente universitária, entendida como aquela que revele os personagens, as atividades e os pontos de vista do mundo acadêmico. A vinculação dessas estações com as IES é, sobretudo, administrativa e financeira, até porque, dadas as suas limitações de produção, a maior parte de seu conteúdo vem de fora, "importado" da Rede Pública de Televisão, que tem sua programação baseada nas produções da TV Cultura-SP e da TVE-Rio (Peixoto; Priolli, 2004, p. 4).

Cabe ressaltar que tais perspectivas teóricas foram adotadas em período anterior à criação da Empresa Brasil de Comunicação – e, assim, também à Rede Nacional de Comunicação Pública. Além disso, não havia ainda um contexto fortemente marcado pelas transformações tecnológicas e pelas redes digitais. Por isso, acredita-se, neste trabalho, que é necessário tornar

a tensionar a conceituação de TVU frente às novas realidades postas. Mesmo que mais recente, o trabalho de Ramalho (2010), que traz aprofundamentos conceituais, reflete mais os impactos da lei do cabo do que o cenário de convergência que começava a se desenhar naquele momento.

A autora apresenta as distinções entre TV universitária e canal universitário. Ela define este último como uma "antena coletiva" (Ramalho, 2010, p. 57), responsável por carregar os sinais e conteúdos produzidos e compartilhados por diferentes instituições de ensino superior de uma mesma localidade – o que, de fato, só foi possível com a vigência da lei 8.977, de 1995. Já a TV universitária, conforme a pesquisadora, deve ser "[...] compreendida como a produtora audiovisual da universidade, que oferece uma programação periódica e constante, independente de sua capacidade de produção inédita (diária, semanal, mensal etc.) ou plataforma de distribuição" (Ramalho, 2010, p. 57).

Mais do que discutir nomenclaturas e categorizações, trata-se, aqui, de relacionar as noções sobre TV universitária, afiançadas por esses autores, com o conceito e os princípios das mídias públicas. Porcello (2002) entende que a condição da TV universitária é de uma emissora quase-pública, "[...] já que o empreendimento é privado, mas o conteúdo editorial aproxima-se das televisões não-comerciais" (Porcello, 2002, p. 9). O autor refere-se, nesse caso, principalmente às TVs cujos mantenedores são instituições de ensino particulares.

Em uma análise mais alargada, ao tratar da condição pública das televisões universitárias, Ramalho (2010) avalia a premência de adotar uma programação plural, voltada para o cidadão, com perfil inovador e objetivo de atingir públicos mais vastos. Além disso, a autora coloca a busca por independência como diligência necessária para alcançar o caráter público:

> No caso do segmento universitário, a exemplo de todo o campo público, essa autonomia será sempre relativa, pois está diretamente relacionada à autossustentabilidade orçamentária e a sua localização institucional. A autonomia pode ser obtida com o reconhecimento oficial e real da TV enquanto mídia institucional junto aos órgãos diretivos (conselhos universitários e similares nas instituições não universitárias) e a própria comunidade acadêmica. Com essa 'metabolização' nos organismos institucionais, o risco de interrupção de projetos, ou desvio de objetivos de comunicação, torna-se mais difícil (Ramalho, 2010, p. 126).

A independência, como característica das mídias públicas, compõe o rol de pressupostos traçados internacionalmente, em 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também fazem parte desse conjunto de

pressupostos que devem alicerçar a atuação de rádios e televisões públicas em todo o mundo a universalidade, a diversidade e a diferenciação (Unesco, 2001).

A universalidade diz respeito tanto à máxima cobertura territorial a ser alcançada pelos veículos como à adoção de linguagens, formatos e conteúdos que não se restrinjam a uma minoria populacional. A diversidade na programação é preconizada pela Unesco (2001) como o atendimento a públicos distintos, com uma gama variada de assuntos e a abordagem de temas negligenciados por outros serviços de mídia. O pressuposto da diferenciação, por sua vez, se baseia na distinção entre o serviço público e os demais veículos (comerciais e estatais) e remete, ainda, à necessidade de implementar inovações e experimentações, criar nichos audiovisuais e novos formatos de programas.

Por fim, para minuciar o princípio da independência, a recomendação da Unesco (2001) faz referência à livre circulação de ideias, opiniões e críticas e assevera que deve ser garantida a autonomia contra pressões políticas e comerciais no sentido de assegurar a credibilidade do serviço e alimentar os outros pressupostos – universalidade, diversidade e diferenciação.

Embora o documento da Unesco fale em radiodifusão (em inglês, *broadcasting*), entende-se que tais princípios, hoje, devam caracterizar o Serviço Público de Mídia como um todo. Jakubowicz (2007) propõe a adoção de estratégias para assegurar a viabilidade e o futuro das mídias públicas. Entre elas, está a substituição do termo radiodifusão (na sigla Serviço Público de Radiodifusão) por Mídia – ou por Conteúdos: "Há a necessidade de modernizar o serviço público de mídia e ajustá-lo às novas realidades tecnológicas, mas também, principalmente, responder às mudanças sociais, redefinindo as missões e estendendo a gama de conteúdos produzidos pelo Serviço Público de Mídia" (Jakubowicz, 2007, p. 30, tradução nossa).

Em 2023, pesquisadores da Universidade do Minho, em Portugal, realizaram um trabalho diagnóstico e prospectivo sobre o sistema público daquele país. O estudo resultou na obra "Serviço Público de Média – livro branco", que traz recomendações para as mídias públicas portuguesas e reafirma a necessidade de integração para enfrentar os novos tempos:

> Com a emergência da internet e, de um modo mais geral, da transformação digital, que ultrapassa a mera transposição do analógico para o digital, surgem novos e exponencialmente acrescidos desafios. Para lhes fazer face, é necessário um novo serviço público: o Serviço Público de Média, que herda o essencial das missões, princípios e valores dos serviços públicos de rádio e televisão, mas que que os transcende, reclamando um posicionamento de charneira no atual espaço público, para que este continue a contribuir para

> sociedades livres, abertas, tolerantes, participadas e democráticas (Lopes *et al.*, 2023, p. 23).

Partindo dessa perspectiva, a análise que se propõe, aqui, leva em conta a relação dos postulados da Unesco (2001) com uma visão sistêmica: a TV Universitária como parte de um Serviço Público de Mídia (mesmo que este seja ainda imaturo e esteja em fase de estruturação até hoje no país). Para efetivar essa relação, é necessário tensionar os conceitos de TVU adotados até então e avaliar se ainda é cabível, por exemplo, centrar esforços nas distinções entre radiodifusão educativa e canal universitário via cabo. Parte-se do questionamento: as pesquisas mais recentes acerca do tema realizam tal tensionamento? Na tentativa de chegar a uma resposta, procedeu-se ao estudo, que será detalhado a seguir.

4 Percurso metodológico

Para realizar esta investigação, optou-se por elaborar uma revisão sistemática de literatura, do tipo revisão de alcance. De acordo com Codina (2024), essa modalidade de pesquisa bibliográfica é adotada quando se buscam os principais atributos de um grupo de trabalhos, de um conceito ou de uma corrente teórica. Trata-se de um mapeamento quali-quantitativo, que tenta apontar como certo objeto é caracterizado em pesquisas acadêmicas e procura identificar eventuais lacunas de pesquisa. Os critérios para uma revisão sistemática de alcance são: ter bases de dados e procedimentos bem definidos, parâmetros de busca transparentes e devidamente justificados e dados tabulados, além da síntese narrativa das informações identificadas. Galvão e Ricarte (2019) reforçam que a revisão sistemática adota protocolos específicos de avaliação para a formação do *corpus* de pesquisa e para a análise dos textos.

As buscas para composição do *corpus* foram feitas nos sites dos anais dos três principais congressos de Comunicação do Brasil: Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação) e SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo). Tais repositórios foram escolhidos por agregarem as pesquisas mais recentes da área – por vezes, até com resultados parciais de investigações em andamento.

A procura por trabalhos sobre TV Universitária estendeu-se também pelos conteúdos de revistas científicas brasileiras qualificadas na área de Comunicação. Os periódicos foram selecionados a partir de dois critérios: o foco temático dos trabalhos aceitos e publicados e a

classificação no sistema de categorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na avaliação do quadriênio 2017-2020.

Para atender ao primeiro parâmetro, os periódicos deveriam apresentar, em seu escopo ou política editorial, de maneira expressa, interesse em pesquisas relacionadas ao tema "mídia e políticas de comunicação" e suas subáreas (como comunicação pública e regulação de mídia). Nos casos em que a manifestação não estivesse evidente na descrição institucional, verificou-se se houve publicação de trabalhos relacionados ao assunto nos últimos três anos. Em caso afirmativo, o periódico era listado no rol sob análise aqui.

Quanto à categorização junto à Capes, optou-se por eleger revistas catalogadas nos estratos Qualis A1, A2, A3, A4, B1 ou B2 na avaliação do quadriênio 2017-2020. A primeira lista elaborada para as buscas de artigos continha dez periódicos: *Eptic, Intexto, Compolítica, Intercom, Matrizes, Galáxia, Famecos, Comunicação & Informação, Comunicação & Inovação, Comunicação Midiática*. Observou-se, no entanto, a necessidade de incorporar mais um veículo: a Revista ABTU, mantida pela Associação Brasileira de Televisão Universitária. Embora seja conceituado como Qualis B4, o periódico é o único especializado na produção acadêmica sobre TVs universitárias. Dado o nível de adesão ao tema desta pesquisa, considerou-se que os trabalhos ali presentes não poderiam ficar fora deste estudo.

A investigação, então, centrou-se em trabalhos publicados ou depositados entre 2014 e 2023, por se tratar de uma década completa que abarca os governos Dilma, Temer, Bolsonaro e o primeiro ano da gestão Lula. Pretendeu-se abranger contextos políticos com diferentes orientações para captar o modo como os trabalhos acadêmicos refletiram as mudanças nas políticas públicas de comunicação que afetassem as TVs universitárias. Trata-se de um recorte temporal que envolve, em sua maior parte, a intensificação de ações de desconfiguração da comunicação pública no país e, posteriormente, alcança iniciativas, ainda que pontuais, para reconstruí-la.

Com o período estipulado, foram selecionados termos descritores para a realização das buscas. A opção metodológica foi por organizar a procura a partir dos enunciadores "televisão universitária", "TV universitária", "emissora universitária" e "canal universitário", além dos seus respectivos plurais. Eles foram aplicados aos títulos e palavras-chaves dos trabalhos.

O próximo passo foi refinar a investigação com novos descritores dentro do escopo de artigos pinçados inicialmente. Assim, foram realizadas buscas nos resumos e no corpo de cada artigo, utilizando-se os termos "políticas públicas", "regulação", "legislação" e "radiodifusão". No caso da expressão "políticas públicas", viu-se a necessidade de desmembrar o termo e

pesquisar, de forma independente, também a palavra "política". Tal posicionamento justificou-se a partir dos achados empíricos iniciais: nem sempre a referência a uma política pública vem com a expressão de maneira completa. Ela pode transmutar-se em outros enunciados igualmente relevantes para a presente pesquisa, como "política de comunicação", "política de radiodifusão" ou "política de Estado para as comunicações". Como não seria possível elaborar uma lista taxativa de termos sem correr o risco de deixar expressões pertinentes fora das buscas, optou-se por procurar a palavra "política" também de forma isolada.

No entanto, caso apenas o termo "política" retornasse resultados, o conteúdo era avaliado para verificar se havia relação com a pesquisa aqui delineada ou se os estudos abrangiam questões diferentes, como "política partidária", "ideologia política" ou "política como exercício do poder". Trabalhos que se enquadrassem nesta segunda situação eram excluídos. As buscas foram realizadas em dois períodos: entre abril e junho de 2023 e de fevereiro a abril de 2024.

Com os textos selecionados, o olhar da pesquisa voltou-se para as análises. A avaliação quantitativa se deu com base na observação dos seguintes aspectos: número de artigos encontrados por repositório; verificação do polo de produção (o que ensejou um exame sobre a prevalência e a recorrência reiterada de autores nos estudos acadêmicos sobre TVU); o tipo de abordagem metodológica usada e as técnicas empregadas nas investigações.

Já a análise qualitativa, conforme já explicitado, teve como fio condutor a busca pelo conceito utilizado sobre TV universitária. Uma vez identificada a definição, verificou-se se a concepção adotada era baseada em teorias acadêmicas sobre radiodifusão pública ou sobre o campo público de televisão e qual o papel atribuído pelos autores à ABTU na formulação das conceituações. Por fim, mais três critérios guiaram o exame qualitativo: a posição defendida no trabalho sobre a relação entre vínculo das TVs com suas mantenedoras e a caracterização como mídia pública; os avanços conceituais verificados relativamente à literatura produzida até a publicação do artigo; e o emprego de aportes teóricos que tratem da importância de políticas públicas do Estado brasileiro para a existência, sobrevivência e expansão das TVs universitárias.

5 Resultados e discussão

Cumprido o percurso metodológico, chegou-se a um *corpus* de 25 artigos que corresponderam aos critérios de seleção. É importante ressaltar que tal número representa

uma quantidade ínfima diante do total de 17.105 títulos pesquisados. Os três congressos de Comunicação[4] concentraram 13.749 trabalhos. Já as 11 revistas acadêmicas selecionadas continham 3.356 estudos[5]. Entre periódicos não especializados no tema TV universitária, apenas a revista Eptic trouxe pesquisas sobre o assunto. No que tange aos artigos apresentados em congressos, a SBPJor retornou duas investigações com a temática. As demais publicações foram encontradas nos anais do congresso da Intercom e na Revista ABTU.

Tabela 1 - Distribuição de artigos sobre TV Universitária em periódicos e anais de Congressos

Periódico / Congresso	Total pesquisado	Total encontrado
Intercom	10.419	11
SBPJor	1.463	2
Compós	1.867	0
Eptic	371	2
Intexto	458	0
Compolítica	163	0
Intercom	335	0
Matrizes	347	0
Galáxia	443	0
Famecos	463	0
Comunicação & Inovação	237	0
Comunicação & Informação	242	0
Comunicação Midiática	214	0
Revista ABTU	83	10
TOTAL GERAL	17.105	25

Fonte**:** Elaborado pelas autoras.

Diante de tais achados, considera-se que, apesar de ser um problema posto para os atores envolvidos na radiodifusão pública ligada a IES no Brasil, a revisão de alcance desenvolvida até aqui dá pistas sobre a carência de pesquisas recentes que relacionam as possibilidades de crescimento da TV Universitária à adoção de políticas públicas e às ações do Estado como forma de garantir a sustentabilidade e a existência desses veículos, especialmente

[4] Nos três congressos de Comunicação, as buscas se restringiram aos Grupos de Trabalho, com a presença nos debates e autoria de artigos de pesquisadores titulados (mestres e doutores). Não houve inclusão de estudos assinados unicamente por estudantes de ensino superior ou profissionais apenas com nível de graduação. Isso porque a compreensão usada nesta investigação é que o critério deveria ser semelhante ao empregado nas revistas científicas, que, em regra, requerem autoria qualificada.

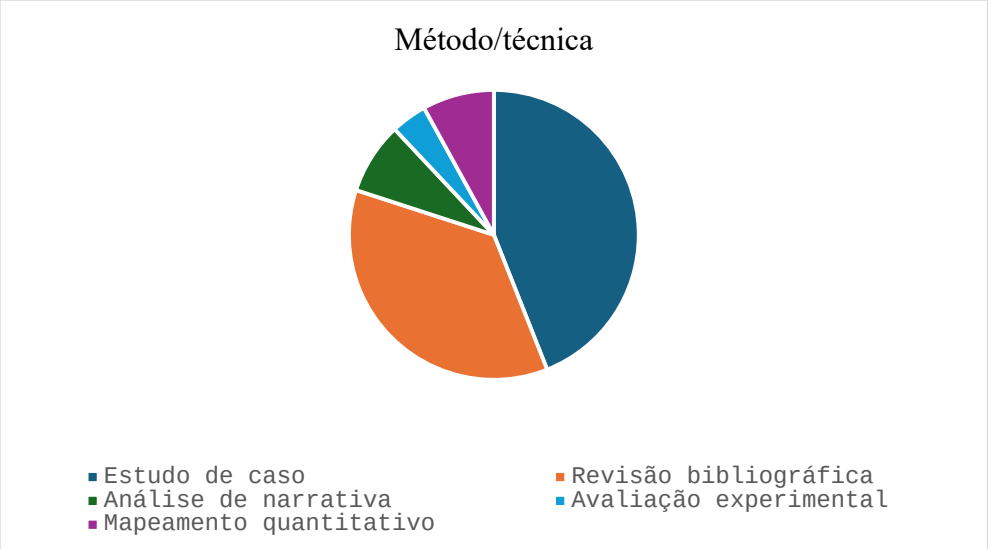
[5] Importante destacar que as análises propostas aqui levam em consideração a distinção entre os repositórios escolhidos. Anais de congressos diferem consideravelmente de revistas científicas e são, inclusive, caracterizados de modo diverso pela literatura em Ciência da Informação (Botelho; Oliveira, 2015). As publicações em eventos científicos, de modo geral, ocorrem com base em menor rigor metodológico e menos profundidade teórica. São consideradas literatura cinzenta, ou seja, submetidas a controle menos intenso dos pares acadêmicos e menor rigor formal. Entretanto, frequentemente, refletem discussões relevantes e debates atualizados. "Recomenda-se incluir a busca por literatura cinzenta nas revisões sistemáticas. A relevância da informação publicada nesse meio varia entre as áreas, mas não raramente é de grande importância" (Pereira; Galvão, 2014, p. 371). Já os periódicos científicos enquadram-se como literatura branca, ou seja, convencional – seguem normatização bibliográfica mais rígida e têm o conteúdo avaliado por revisão criteriosa (Botelho; Oliveira, 2015). Optou-se, nesta pesquisa, por abordar repositórios tão distintos porque a eventual diferença na quantidade de artigos produzidos sobre TV universitária sob as formas de literatura branca e cinzenta também é relevante para as análises a serem feitas acerca da TVU no campo acadêmico.

em sinal aberto. Além disso, é possível constatar uma concentração das investigações apenas em dois repositórios, sendo um deles especializado no tema – fato que pode levar a prejuízos na difusão de conhecimento acadêmico sobre o veículo de comunicação que a própria academia produz.

Também cabe observar que há aglutinação de estudos em um pequeno grupo de pesquisadores. Dos 25 artigos que trazem a interface entre TV universitária e políticas públicas, mais da metade – 13 deles – é assinada, individualmente ou em parceria com outros investigadores, por quatro autores: Ricardo Oliveira e Kamyla Maia (cada um com quatro trabalhos publicados), Cláudio Magalhães (responsável por três artigos) e Carine Prevedello (autora de dois textos). Há, assim, um acúmulo de trabalhos em polos de produção esparsos, o que reforça a percepção de que a produção científica sobre o objeto TV universitária é rarefeita.

Essa concentração também é revelada quando se verifica a abordagem metodológica usada na maioria das pesquisas: 44% dos textos selecionados enquadram-se como estudos de caso, limitando-se, assim, a avaliar realidades estreitas, com recortes de TVs universitárias específicas no Brasil – o que não permite chegar a generalizações como resultado de cada investigação. São 11 trabalhos que usam tal técnica, além de nove revisões de literatura (sendo dois estados da arte), duas análises de narrativas, uma avaliação experimental e dois mapeamentos quantitativos.

Figura 1 - Distribuição dos trabalhos segundo o método



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O *corpus* analisado também indica maior prevalência de pesquisa empírica (64% do total) sobre os artigos com abordagens predominantemente teóricas (36% dos trabalhos).

Tabela 2 - Natureza da pesquisa

Modalidade	Quantidade	Percentual
Empírica	16	64
Teórica	9	36
TOTAL GERAL	25	100

Fonte**:** Elaborado pelas autoras.

O levantamento dá pistas, ainda, acerca da falta de tensionamento teórico sobre o conceito de TV universitária. Importa ressaltar um dado nesta direção: 76% dos artigos – o que corresponde a 19 trabalhos – trazem referências à Associação Brasileira de TVs Universitárias, entidade que congrega parte das emissoras ligadas a instituições de ensino superior do País. As alusões feitas nesses textos abordam ao menos um de três aspectos: o papel histórico da ABTU nos debates sobre a constituição do campo público de televisão no Brasil; o conceito de TVU adotado pela associação; ou os levantamentos feitos pela instituição sobre a presença, distribuição e atuação das emissoras ligadas a IES. A definição de TV universitária, consolidada pela ABTU e reproduzida em trabalhos científicos, compôs o diagnóstico setorial apresentado ao I Fórum Nacional de TVs Públicas e estabelece que:

> [...] a televisão universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão (VHF, UHF, cabo, satélite, internet, circuito interno, em grade de programação de outras emissoras, educativas ou comerciais), independentemente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, e que corresponda e respeite o Código de Ética da entidade (Fórum Nacional de TVs Públicas, 2006, p. 61).

Reconhece-se, aqui, a importância da ABTU como agente político no campo da comunicação pública. Verifica-se, no entanto, que o grupo de trabalhos sob análise apresenta forte embasamento associativista – por vezes, até mesmo absorvendo a conceituação adotada pela entidade sem questioná-la.

Em seis trabalhos, entretanto, há tentativas de reformulação das definições sobre TVs universitárias e confrontos entre o conceito prevalente e os pressupostos teóricos que regem os estudos sobre televisões públicas – o que possibilita a abertura de divergências acadêmicas que podem contribuir para o debate a respeito do tema. Os estudos de Bento (2014), Argollo e

Barreto (2017), Prevedello (2017), Maia e Bianco (2020), Oliveira (2020) e Prevedello *et. al.* (2023) expõem avaliações críticas sobre a conceituação de TVs Universitárias ou indicam novos critérios para a designação de uma TVU. Como a busca conceitual sobre TVs universitárias e suas relações com as políticas públicas de comunicação são o principal objetivo desta pesquisa, o foco das análises qualitativas apresentadas a seguir recairá sobre os seis artigos mencionados.

Ao avaliar os modelos de gestão de três TVs universitárias da região centro-oeste, Bento (2014) categoriza as funções desse tipo de emissora em educativa, institucional, jornalística e cultural. A função educativa segue o caminho clássico do segmento: transmissão de vídeos instrutivos e de componentes para a educação a distância. Já na vertente institucional, o pesquisador aponta que os canais das instituições de ensino superior buscam levar ao telespectador eventos e produções científicas da universidade. Todavia, não é incomum que, nesse tipo de atuação, a TVU retrate também feitos da administração superior da instituição e de seus gestores (ainda que sem qualquer equivalência com o interesse público), fato que prejudica o desempenho do papel da TV universitária como integrante do campo público de comunicação (Bento, 2014).

O autor considera, ainda, que, nas funções jornalística e cultural, as emissoras universitárias podem se posicionar como uma alternativa às TVs comerciais, seja com um noticiário que atue nas lacunas das televisões privadas, seja por meio de programas que divulguem artistas locais e costumes regionais nem sempre expostos nas mídias privadas. Além de delinear tais funções, o pesquisador traz uma crítica à falta de definição legal para as emissoras vinculadas às IES e à adoção de conceitos excessivamente abrangentes na literatura:

> Faz falta saber claramente o que é, como se constrói e para que servem as tvs universitárias. A especificidade local, a originalidade e a criatividade devem sim ser postas a serviço da programação, mas, sem um forte delineamento conceitual, o que vemos são iniciativas isoladas, sem apoio estrutural, sem planejamento e organização administrativa e que, muitas vezes, nem mesmo sabem o motivo da própria existência (Bento, 2014, p. 2).

Ainda com o intuito de delimitar melhor o conceito de TV universitária, Rita Argollo e Betânia Barreto, em artigo publicado na Intercom em 2017, propõem um conjunto de características que podem reunir essas emissoras sob um mesmo prisma. Segundo a análise das autoras, identidades possíveis para as televisões universitárias atendem aos seguintes aspectos: diversidade de plataformas e suportes tecnológicos em que os núcleos audiovisuais

veiculam suas produções (o que não difere da proposição da ABTU); busca de autonomia editorial e produtiva em relação às administrações superiores de suas mantenedoras (aspecto que se coaduna com os preceitos da radiodifusão pública); disseminação de conhecimentos; e possibilidade de promover dois tipos de aprendizagem – a colaborativa, referente à formação de estudantes universitários a partir do trabalho em parceria com profissionais, e a informal, propiciada pela difusão de conteúdos acadêmicos à sociedade em geral (Argollo; Barreto, 2017).

A dificuldade de demarcar um conceito para TVs universitárias em trabalhos acadêmicos também está entre as observações feitas por Maia e Bianco (2020). As pesquisadoras atentam para a distinção que parte da literatura sobre o tema faz entre os usos dos termos TV universitária, mais vinculada aos conteúdos transmitidos nos canais pagos de televisão; e TV educativa, expressão da qual teriam se apropriado as emissoras de universidades federais com concessões para operar em sinal aberto (Maia; Bianco, 2020).

Assim como o trabalho de Argollo e Barreto (2017), a pesquisa de Maia e Bianco (2020) indica um conceito que considera como TVs universitárias veículos em diferentes plataformas de distribuição de conteúdo, com produções que tenham a participação da comunidade acadêmica e que sejam ligadas a uma instituição de ensino superior (pública ou particular). O artigo, no entanto, ressalta que as TVUs se aproximam da noção de campo público de televisão, mas apresentam dificuldades pungentes ao não cumprirem plenamente os princípios da radiodifusão pública traçados pela Unesco (universalidade, especificidade, diversidade e independência). Um ponto crítico para a identidade das TVs universitárias e para a qualificação desses veículos como televisões públicas seria o conflito entre público e privado no que diz respeito à vinculação institucional e às entidades mantenedoras desses canais:

> As contradições entre o conceitual e a prática são ainda mais sérias quando se trata de incluir as emissoras ligadas a universidades privadas, que estão nos canais de carregamento obrigatório dos pacotes de TV paga, no Campo Público de Televisão no Brasil. Elas estão ligadas às empresas privadas e podem se utilizar de um espaço público para atender aos interesses de seus mantenedores (Maia; Bianco, 2020, p. 12).

Trata-se de problematização que converge com a visão adotada por Prevedello (2017) para as televisões ligadas a IES. Única a adotar a Economia Política da Comunicação[6] no

[6] De acordo com Valente (2009, p. 8), a Economia Política da Comunicação "[...] marca uma inflexão da tradição da Escola de Frankfurt e do estruturalismo pós-marxista em direção a uma análise da comunicação e da cultura enquanto setores produtivos e agentes da reprodução do sistema capitalista".

universo de artigos aqui selecionados, a pesquisadora concentra seus estudos nas emissoras geridas por entidades de ensino mantidas pelo Estado e as denomina como TVs universitárias público-estatais. Isso porque, no entendimento da autora, essas seriam as únicas de fato públicas, já que as instituições privadas buscariam ganhos financeiros. Carine Prevedello ainda classifica a TVU como periférica, por causa da "distância das grandes audiências", e alternativa, por ser caracterizada pela "produção experimental, amadora e desvinculada da busca pelo lucro" (Prevedello, 2017, p. 106).

A autoria da pesquisadora aparece, ainda, em outro estudo entre os que estão aqui elencados. Trata-se de artigo publicado seis anos depois do texto citado acima, em parceria com três comunicadores. Nele, Prevedello *et. al.* (2023) reforçam a ideia de que, embora a TV universitária se proponha a ser um contraponto à televisão comercial, o êxito nessa tarefa ainda não é totalmente verificável. O trabalho desenvolvido propõe uma atualização de levantamento anterior, realizado em 2013 com televisões ligadas a universidades públicas do interior do país e seus processos de digitalização. Uma das verificações da investigação mostra que "muitos canais e núcleos de produção audiovisual vinculados às IFES[7] ainda procuram reproduzir o padrão tecno-estético histórico vinculado à TV comercial" (Prevedello *et. al.*, 2023, p. 3).

Embora não apresente tensionamento teórico tão evidente na conceituação de TVU quanto o encontrado em Prevedello (2017) e Maia e Bianco (2020), outro artigo merece destaque. A investigação de Oliveira (2020) trouxe, como um dos resultados, o levantamento mais recente apresentado pela ABTU acerca das TVs ligadas a instituições de ensino superior no país, com detalhes sobre quantidade, distribuição e canais de transmissão utilizados por esses veículos.

No quesito conceitual, o pesquisador renova as definições da entidade para enquadrar as emissoras como televisões universitárias ao enumerar seis características para a categorização: "[...] a) autointitulação e identidade própria; b) produção regular; c) ênfase em ensino, pesquisa e extensão; d) caráter formador; e) linguagem televisiva; f) vinculada a uma IES (pública ou privada)" (Oliveira, 2020, p. 27). Vê-se que, em tal conceituação, não se problematiza a vinculação a mantenedores fora da esfera estatal. Em artigo posterior, datado de 2021 e também presente no *corpus* do presente trabalho, o autor ressalta o próprio posicionamento, num dissenso conceitual com as vertentes já demonstradas em trabalhos aqui:

[7] A sigla IFES é usada pelos pesquisadores para abreviar o termo Instituições Federais de Ensino Superior.

> Hoje, há diversas TVUs ligadas a IES privadas. Esses veículos dividem espaço nos canais universitários, no canal aberto ou estão presentes apenas na internet, como WebTVUs. São TVUs comprometidas com os objetivos da mantenedora, mas nem por isso comerciais, pois não visam ao lucro ou à liderança em audiência (Oliveira, 2021, p. 29).

Dessa maneira, a carência de estudos sobre TV Universitária e a concentração de pesquisas em poucos polos de investigação soma-se à heterogeneidade de conceituações e à necessidade de consolidação de uma definição sobre TVU no campo acadêmico, para além do aspecto associativista. Ao se tratar da interface entre os temas políticas públicas e televisão universitária, esse cenário torna-se ainda mais caracterizado pela escassez.

5.1 TV Universitária e a abordagem sobre políticas públicas

Na análise dos textos para esta revisão de literatura, verificou-se que apenas seis dos 25 trabalhos avaliados – portanto, menos de um quarto do *corpus* formado – trazem, de forma central, uma abordagem sobre políticas de comunicação. Os trabalhos de Bento (2014), Thomaz (2015), Prevedello (2017), Oliveira (2017), Dias (2018) e Prevedello *et. al.* (2023) versam sobre ações – ou inações – do Estado no sentido de intervir no campo da radiodifusão pública, abarcando TVs universitárias, e apontam consequências das intervenções para o problema posto.

No restante das investigações, 11 retratam políticas públicas apenas de modo contextual, com o objetivo de mostrar em qual realidade se inserem as TVs universitárias. O objeto central desses trabalhos escapa ao campo da política pública de modo que eles apenas traçam, de maneira lateral, a linha histórica sobre o surgimento e expansão das TVUs, com destaque para a política de concessões educativas no fim da década de 1960 (ainda que de forma desorganizada, sem um planejamento específico) e para a adoção da Lei do Cabo, em 1995, que possibilitou a expansão dos canais universitários pelo Brasil. Nas oito pesquisas remanescentes, não há sequer menção histórica às ações vindas do Estado com impacto sobre o segmento.

Tabela 3 - Abordagem sobre o tema 'políticas públicas'

Tipo de abordagem	Quantidade	Percentual
Central	6	24
Contextual	11	44
Nenhuma menção	8	32
TOTAL GERAL	25	100

Fonte**:** Elaborado pelas autoras.

Entre os trabalhos que mais se debruçam sobre a relação entre TV universitária e políticas públicas, Thomaz (2015) e Prevedello (2017) discorrem sobre a legislação, os debates políticos acerca da radiodifusão pública no Brasil e as ações regulatórias no âmbito da TV por assinatura, que abarcaram as televisões universitárias. Mesmo sem referências a teorias e conceituações ligadas ao campo das políticas públicas, o primeiro autor parte de uma revisão narrativa para mostrar como a televisão pública aqui nasceu atrelada a uma emissora de universidade. E conclui que a tentativa de se instituir um modelo de TV pública no País se descolou das possíveis contribuições que as televisões universitárias deram no passado e ainda podem dar. Prevedello (2017), por sua vez, aproveita uma efeméride – os 50 anos das TVs universitárias brasileiras – para evidenciar a permanência de um problema histórico:

> [...] é preciso reconhecer que o caráter público dos canais universitários, assim como das TVs públicas em geral, tem de ser problematizado, por estar marcado por uma série de conflitos já característicos da conformação do campo da Comunicação no Brasil: a presença de negociações políticas escusas e a prevalência do interesse comercial em detrimento do compromisso com um serviço público (Prevedello, 2017, p. 112).

Já os trabalhos de Oliveira (2017) e Prevedello *et. al.* (2023) focam em uma política específica: a digitalização das TVs públicas no país. Oliveira (2017) analisa o decreto que instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre e critica o regramento por não assegurar espaço de sobrevivência e condições de crescimento a agentes com menor poder econômico – caso das TVs universitárias: "[...] vários desafios se impõem às TVUs públicas, dentre os quais o estabelecimento de políticas públicas de comunicação que incluam a garantia de financiamento e a produção de conteúdos de qualidade para dialogar de forma efetiva com a sociedade", (Oliveira, 2017, p. 8).

O mapeamento quantitativo feito por Prevedello *et. al.* (2023) procurou verificar, entre outros aspectos, os modos de transmissão das TVs ligadas a universidades públicas brasileiras situadas fora das capitais. Em comparação com levantamento feito em 2013, chegou à

conclusão de que o principal meio de transmissão desses núcleos audiovisuais deixou de ser a TV aberta ou a televisão por assinatura. Eles assumiram, majoritariamente, a divulgação de suas produções via mídias sociais digitais, o que, para os autores, tem relação direta com a ineficácia das políticas públicas para o setor:

> A forte presença das TVs Universitárias nas redes sociais e novas plataformas de distribuição demonstra que, embora a Lei da TV a cabo tenha tido impacto positivo para o campo, ainda existem entraves na concessão de canais para instituições de ensino superior – como burocracia, falta de investimento e estrutura relacionados aos atores envolvidos neste processo, principalmente nas instituições públicas (Prevedello *et al.*, 2023, p. 13).

As consequências da escassez de políticas públicas também são apontadas no trabalho de Bento (2014). Como citado anteriormente, a análise do pesquisador recai sobre os modelos de gestão das emissoras ligadas a IES. Ele constata que há desenhos múltiplos, sem uma acepção clara sobre a melhor forma de gerir uma TVU. E indica, como uma das causas, as barreiras para a obtenção de outorgas junto ao governo federal e a ausência de apoio de instâncias dos Ministérios da Educação e das Comunicações na política de concessões.

Dos textos selecionados, o trabalho que mais encara a desconfiguração da comunicação pública no Brasil, especialmente na última década, é o estudo de Dias (2018). Ainda que traga um recorte regional, com o detalhamento da extinção da Fundação Piratini, no Rio Grande do Sul (até então, responsável pela TV educativa do estado), o autor relaciona o desmantelamento das estruturas locais de radiodifusão pública ao contexto nacional de oposição à principal figura de um possível sistema público de mídia – a EBC, que teve sua conformação fortemente alterada pelo governo Temer. Para o autor, o ambiente político-normativo brasileiro historicamente se contrapôs à comunicação não comercial:

> Com tantas televisões universitárias-educativas disponíveis, uma questão que se põe à mesa é: por que ainda não há um pool, uma efetiva rede, não de transmissão, mas de troca de ideias, experiências e, claro, produções? O primeiro entrave talvez continue sendo o das configurações, problemas que acompanham as emissoras há décadas e que ainda passam por indefinições legais (Dias, 2018, p. 10).

Por fim, embora não esteja entre os trabalhos que tenham como cerne a abordagem sobre políticas públicas, cabe destacar a investigação de Maia e Bianco (2020) no que diz respeito ao contexto traçado. Tal estudo é o único entre os 25 selecionados nesta revisão de

literatura que menciona a Rede Nacional de Comunicação Pública, capitaneada pela EBC e formada por emissoras educativas e universitárias, como uma possibilidade de se concretizar a busca pela construção de um sistema público de radiodifusão no Brasil nos últimos anos. Mesmo sem aprofundar a questão, as autoras mostram o impacto das mudanças no cenário político brasileiro sobre a cadeia de transmissão: "Durante seis anos, essa rede incentivou a produção de conteúdo local por meio de contratos de prestação de serviços com as afiliadas, o qual foi extinto com a chegada de Michel Temer ao poder" (Maia; Bianco, 2020, p. 7).

Diante das análises expostas, observa-se que o panorama traçado pelas pesquisas no que tange à relação entre TVs universitárias e políticas públicas ainda demonstra uma postura excessivamente parcimoniosa da produção acadêmica frente às possibilidades de atuação do Estado para a prática televisiva ligada a instituições de ensino superior. Ainda se explora pouco o tema e, quando ele é abordado, não há uma avaliação frente às teorias que tratam do assunto – seja do ponto de vista da conceituação de uma política pública de comunicação, seja no sentido de destrinchar seu ciclo de formação para encontrar os gargalos que impedem a efetiva expansão do setor.

5.2 TV Universitária: possibilidades de avanço conceitual

A falta de uma definição legal para a TV universitária não necessariamente é impeditiva para a elaboração de um conceito acadêmico. Os trabalhos selecionados para esta revisão de literatura mostram que as divergências teóricas ainda se sobrepõem a uma formulação mais amarrada sobre o que é a TVU e qual o grau de adesão dela aos preceitos que guiam as mídias públicas (dependentes que são da adoção de políticas públicas para as comunicações). No plano hipotético, esse fato pode ser reflexo da realidade vivida no Brasil por todo o sistema público de comunicação, tido como menos relevante que o comercial pela sociedade brasileira (Esch; Bianco, 2016). Os obstáculos conceituais não são uma exclusividade do país. Trata-se de uma dificuldade que se impõe também em outras localidades da América Latina (Esch; Bianco; Moreira, 2013).

Embora não haja uma definição prontamente consolidada, é possível enxergar caminhos que possam contribuir para a conceituação no campo das TVs universitárias. Primeiramente, deve-se destacar que enunciar uma formulação estanque, que aparta esses veículos das demais mídias públicas, não parece ser uma concepção que se coaduna com a visão mais atualizada, já citada neste trabalho, sobre Serviço Público de Mídia – especialmente em

um contexto em que se tenta articular emissoras e canais públicos em rede no Brasil (possibilidade aberta com a Rede Nacional de Comunicação Pública, coordenada pela EBC).

Além disso, tendo em consideração os pressupostos traçados pela Unesco (2001), balizar o conceito de TVU a partir da busca por universalidade, independência, diferenciação e diversidade pode ser uma inflexão plausível. Institucionalmente, trata-se de uma mídia ligada à universidade, mas que, se pautada pela busca da universalidade, não se limita aos muros da instituição – seja em termos de programação ou produção. Entende-se as restrições de alcance de sinais, mas a atuação em rede pode ser um norte na persecução desse princípio.

No que diz respeito à diferenciação e à diversidade, a TV universitária encontra cenário prolífico para elaborar conteúdos eminentemente calcados na ciência (mais do que qualquer outro veículo público), já que está dentro de um dos principais *locus* de pesquisa acadêmica: as instituições de ensino superior – o que também abre espaço para a experimentação, a criatividade e a elaboração de novos formatos. O cumprimento de tais princípios, no entanto, esbarra em um obstáculo relacionado a outro pressuposto da comunicação pública: a independência.

É que a TVU é um agente híbrido, ou seja, flutua entre a posição de integrante do Serviço Público de Mídia e o posto de membro da estrutura ligada à comunicação organizacional de sua instituição mantenedora. Assim, se, por um lado, persegue o interesse público como principal elemento condutor de sua atuação; por outro, é orçamentária e institucionalmente submetida à entidade que a mantém – fato que pode comprometer o cumprimento da autonomia esperada, especialmente se ligada a uma instituição particular. Trata-se de uma condição agravada pela falta de políticas públicas que sustentem as televisões universitárias e permitam sua operação com base nos pressupostos das mídias públicas.

6 Considerações finais

Ao verificar que, entre mais de 17 mil títulos de artigos pesquisados, apenas 25 trouxeram elementos sobre a relação entre TV universitária e políticas públicas, demonstra-se quantitativamente como a produção acadêmica sobre o assunto ainda é escassa. Além disso, foi possível encontrar pistas de que a conceituação utilizada acerca da televisão produzida pelas instituições de ensino superior é pouco tensionada frente aos pressupostos da radiodifusão pública e à literatura que instaurou o conceito de campo público de televisão no Brasil. Embora haja questionamentos nesse sentido, eles são encontrados de forma minoritária entre os

trabalhos selecionados. Nota-se, também, a falta de uma visão sistêmica no Brasil acerca da TV universitária como parte de uma empreitada ainda em construção no país – o Serviço Público de Mídia.

O estudo revela, ainda, um flanco a ser debatido: das dez revistas com melhor conceituação na avaliação 2017-2022 da Capes, apenas uma trouxe trabalhos sobre TV universitária. São somente dois artigos em um prazo de dez anos, intervalo em que 3.273 títulos foram publicados nesses periódicos e incluídos na presente investigação. Questiona-se então: seria este um tema marginal dentro da produção acadêmica?

A escassez de trabalhos sobre tal objeto pode ser sintoma da realidade sobre a qual se constituiu a radiodifusão brasileira: a centralidade do sistema (e das políticas públicas voltadas ao setor) é ocupada pelas mídias comerciais; os meios públicos surgiram e ainda atuam de maneira periférica. É o que Valente (2009) chama de complementaridade marginal – numa referência ao artigo 223 da Constituição Federal, que determina que os sistemas privado, público e estatal sejam complementares. O autor evidencia a forma secundária como as mídias públicas se desenvolveram no Brasil frente à larga predominância de atores privados com finalidades comerciais no setor. Mesmo dentro do sistema público, no entanto, o papel central nos debates acadêmicos é destinado à Empresa Brasil de Comunicação. Os outros componentes do campo público (caso das TVs universitárias) ocupam uma posição secundária.

A lacuna de pesquisa que se apresenta aqui permite indicar um possível caminho para os estudos acadêmicos a partir da expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública. Ela pode ser um *locus* de observação frutífero para a produção científica sobre TVU em decorrência de dois aspectos. O primeiro é que, a partir da Rede, abre-se caminho para que as TVs universitárias ampliem seus suportes de transmissão de produções, pois mesmo emissoras com divulgação de conteúdos exclusivamente pela internet assinaram termos de cooperação para se integrarem à RNCP/TV com o objetivo de alcançar a possibilidade de ver os próprios programas em sinal aberto. Em segundo lugar, cabe ressaltar que, ao se incorporarem à Rede, os canais ligados às IES comprometem-se com o cumprimento dos princípios previstos na lei de criação da EBC – pressupostos normativos que têm como norte os propósitos da comunicação pública. Tais questões carecem de avaliação a partir dos desdobramentos da política.

Por fim, deve-se frisar que as TVs universitárias não são apenas meios que atuam para reportar assuntos institucionais das universidades a que se vinculam. Como parte do campo

público de televisão, elas têm a missão de contribuir também para a divulgação científica, a comunicação pública, o fortalecimento da democracia e a consolidação da cidadania.

Referências

ARGOLLO, Rita Virginia; BARRETO, Betânia Maria Vilas Bôas. Considerações sobre identidades possíveis para uma televisão universitária. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2017.

BENTO, Gibran da Rocha. Uma análise das TV's universitárias federais da região centro-oeste. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2014.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina C. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 501-513, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v44i3.1804. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 2432, 28 fev. 1967.

BRASIL. Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 133, n. 6, p. 1, 9 jan. 1995.

BRASIL. Lei 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, ano 145, n. 67, p. 1, 8 abr. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **EBC assina acordo com 32 universidades federais e promove o maior movimento de expansão da história da Rede Nacional de Comunicação Pública**. Brasília: SECOM, 17 out. 2023.

CANALGOV. **Ministros participam da expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública**. Brasília: YouTube, 17 out. 2023. 1 vídeo (1min).

CASTILHO, Marcio de Souza. O sistema de radiodifusão nos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro. **Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-108, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.1.292. Acesso em: 29 ago. 2024.

CODINA, Lluís. Revisiones tradicionales, sistemáticas o de alcance: ¿cómo elegir el tipo de revisión de la literatura que corresponde en cada caso? **Infonomy**, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3145/infonomy.24.021. Acesso em: 29 ago. 2024.

DIAS, Emerson dos Santos. Televisão Educativa em cinco décadas: da criação da TV Universitária de Recife-PE (1968) à extinção da Fundação Piratini-RS (2018). CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2018.

ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nélia Rodrigues Del. Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. **Mediapolis**, Coimbra, n. 2, p. 115-131, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-6019_2_9. Acesso em: 29 ago. 2024.

ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nélia Rodrigues Del; MOREIRA, Sonia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, p. 67-86, 2013.

FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, I. **Diagnóstico do Campo Público de Televisão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Caderno de debates.

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. *In*: CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

GALVÃO, Maria Cristina Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Acesso em: 29 ago. 2024.

JAKUBOWICZ, Karol. Public servisse broadcasting in the 21st century: what chance for a new beginning? *In*: LOWE, Gregory F.; BARDOEL, Jo (org.). **From public servisse broadcasting to public service media**. Göteborg: Nordicom, 2007. p. 29-49.

LOPES, Felisbela; BURNAY, Catarina Duffy; SANTOS, Clara Almeida; SANTOS, Francisco Sena; WEMANS, Jorge; ROMANO, Rui; SILVA, Sérgio Gomes. **Serviço público de média**: livro branco. Lisboa: Ministério da Cultura, 2023.

MAIA, Kamyla Faria; BIANCO, Nélia Del. Aproximações das TVs Universitárias vinculadas a IES do conceito de campo público de televisão. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2020.

MORAES, Geórgia. A tensão entre liberdade de expressão e direito à informação – empecilho à elaboração de políticas públicas de Comunicação. *In*: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (org.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 259-275.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. TV Universitária pública: entre a sobrevivência e a convergência digital. **Revista ABTU: TV Universitária + TV Pública**, São Paulo, n. 4, p. 6-9, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. As televisões universitárias brasileiras à luz do mapa 4.0. **Revista ABTU: TV Universitária + TV Pública**, São Paulo, n. 7, p. 27-34, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Borges. A TV Universitária no Youtube: uma análise das interações. **Revista ABTU: TV Universitária + TV Pública**, São Paulo, n. 8, p. 28-36, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Borges (org). **Mapa 4.0 da TV universitária brasileira**. Brasília: ABTU/UnB, 2022.

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel. **A Televisão universitária no Brasil**: os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. Brasil: ABTU; Unesco; IESALC, 2004.

PEREIRA, Maurício Gomes; GALVÃO, Taís Freire. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 369-371, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000200019. Acesso em: 29 ago. 2024.

PIERANTI, Octavio Penna. Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para nova outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016). **Eptic - Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Aracaju, v. 18, n. 3, p. 19-35, 2016.

PORCELLO, Flávio. **TV universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

PREVEDELLO, Carine Felkl. 50 anos de TVs Universitárias no Brasil. **Eptic - Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Aracaju, v. 19, n. 3, p. 102-114, 2017.

PREVEDELLO, Carine; ALVES, Danty; SORRENTI, Juliana; HENRIQUES; Lianne; FRAZÃO. Moniqui. TVs universitárias, digitalização e campo público: dez anos depois. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Minas Gerais. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

RAMALHO, Alzimar. **O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da política pública. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: Enap, 2006.v. 1, p. 21-42.

SOUTO, Ana Carolina de Melo; BIANCO, Nélia Rodrigues Del. Política para a radiodifusão no governo Bolsonaro: do discurso liberal aos indícios de captura do Estado. **Rumores**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 107-128, 2022. Disponível em: https:// 10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.200122. Acesso em: 29 ago. 2024.

THOMAZ, Daniel. TVs Universitárias: gênese da TV Pública brasileira. **Revista ABTU: TV Universitária + TV Pública**, São Paulo, n. 2, p. 13-16, 2015.

UNESCO. **Public broadcasting**: why? How? Paris: UNESCO, 2001.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VALENTE, Jonas; PAULINO, Fernando Oliveira; URUPÁ, Marcos. Políticas de comunicação no Brasil: da Confecom ao governo Bolsonaro. *In*: Ramos, Murilo Ramos; Paulino, Fernando Oliveira; Valente, Jonas; Urupá, Marcos; Carvalho, Mariana Martins (org.). **Conferência Nacional de Comunicação, 10 anos depois**: os desafios das políticas de comunicação no Brasil. Aracaju: Ulepicc Brasil, 2020. v. 1, p. 28-51.

Public policies in the field of University TVs: disagreements and conceptual tensions in academic research

Abstract

Based on a systematic review of scope, drawn from the literature on university television produced in the last ten years, this article sought to understand which concepts of university TV are used in scientific research and which relationships are established with public policy definitions. The investigation was carried out on works published between 2014 and 2023 in two types of databases: eleven scientific Social Communication journals and annals of three postgraduate conferences in the area. In such repositories, 17.105 titles were searched for this survey. Of this total, only 25 articles corresponded to the criteria adopted in the search protocol used in the investigation and, therefore, were selected for analysis. The result points to a lack of recent academic studies on university TV and to the scarcity of research that correlates with studies on public policies. Furthermore, there was great conceptual heterogeneity regarding this kind of television, with the prevalence of a strongly associative definition.

Keywords

University TV; university broadcasting; public TV; public policy; scope review

Autoria para correspondência

Andréa Xavier
deaxsilva@gmail.com

Como citar

XAVIER, Andréa; BIANCO, Nélia Del. Políticas públicas no campo das TVs Universitárias: dissensos e tensionamentos conceituais em pesquisas acadêmicas. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, e-140467, 2024. DOI: https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.140467

Recebido: 31/05/2024
Aceito: 27/08/2024



Copyright (c) 2024 Andréa Xavier, Nélia Del Bianco. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.